

ANEXO I

Lista de Estados

1. Se um Estado que não estiver relacionado em qualquer das listas abaixo tornar-se Membro, a Conferência deverá decidir, após consultas apropriadas, em qual destas listas deverá ser incluído.

2. A Conferência pode, a qualquer momento, após consultas apropriadas, mudar a classificação de um Membro abaixo relacionado.

3. As mudanças nas listas abaixo relacionadas que forem feitas de acordo com o parágrafo 1 ou 2 não deverão ser consideradas emendas no sentido do Artigo 23.

LISTAS

(As listas de Estados a serem incluídos pelo Depositário neste Anexo são as listas estabelecidas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, com vistas ao parágrafo 4 da Seção II da Resolução n.º 2.152 (XXI), como vigorarem na data em que esta Constituição entrar em vigor).

ANEXO II

O Orçamento Regular

A. 1. Administração, pesquisa e outras despesas regulares da Organização deverão permitir a inclusão de:

(a) Consultores inter-regionais e regionais;

(b) Serviços de consultoria a curto prazo fornecidos pela equipe da Organização;

(c) reuniões, incluindo reuniões técnicas, estabelecidas no programa de trabalho financiado pelo orçamento regular da Organização;

(d) Custos de financiamento a programas oriundos de projetos de assistência técnica, até onde esses custos não sejam reembolsados à Organização pela fonte financiadora de tais projetos.

2. Propostas concretas de acordo com as disposições acima deverão ser implementadas, após consideração pelo Comitê de Programas e Orçamento, adoção pela Junta e aprovação pela Conferência, de acordo com o Artigo 14.

B. De modo a maximizar a eficiência do programa de trabalho da Organização no campo do desenvolvimento industrial, o orçamento regular deverá, também, financiar outras atividades, até aqui financiadas através da Seção 15 do Orçamento Regular das Nações Unidas, com a soma de 6% do total do orçamento regular. Essas atividades deverão reforçar as contribuições da Organização ao sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, levando em consideração a importância de utilizar o processo de programação por país do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o qual está subordinado ao consentimento dos países interessados, como um quadro de referência para essas atividades.

ANEXO III

Regras referentes aos Tribunais de Arbitragem e Comissões de Conciliação

A menos que de outro modo acordado por todos os Membros partes em um conflito que não tenha sido resolvido segundo o parágrafo 1 (a) do Artigo 22, e que tenha sido remetido a um tribunal de Arbitragem (de acordo com o subparágrafo 1 (b) (i) (B) do Artigo 22) ou a uma Comissão de Conciliação (de acordo com o subparágrafo 1 (b) (ii)) as seguintes regras deverão dirigir o procedimento e operação de tais tribunais e comissões:

1. Início

Dentro de três meses após a conclusão pela Junta de sua consideração de um conflito a ela enviado de acordo com o parágrafo

fo 1 (a) do Artigo 22 ou, caso não conclua sua sentença dentro de dezoito meses após este envio, então dentro de vinte e um meses a partir dessa data, todas as partes envolvidas no conflito poderão notificar o Diretor-Geral de que gostariam que o conflito fosse enviado a um tribunal de arbitragem, ou qualquer uma dessas partes poderá notificar o Diretor-Geral de que gostaria de enviar o conflito a uma comissão de conciliação. Se as partes tiverem concordado com outro modo de solução, então tal notificação poderá ser feita dentro de três meses após a conclusão desse procedimento especial.

2. Estatuto

(a) As partes em conflito deverão, por decisão unânime, apon-
tar, conforme apropriado, três árbitros ou três conciliadores, e de-
verão designar um desses como Presidente do tribunal ou co-
missão

(b) Se, dentro de três meses após a notificação mencionada
no parágrafo 1 acima, um ou mais membros do tribunal ou comi-
ssão ainda não tiverem sido indicados, o Secretário-Geral das Na-
ções Unidas, deverá, mediante pedido de qualquer das partes, den-
tro de três meses após tal pedido, designar quaisquer membros,
incluindo o Presidente, que ainda deva ser indicado.

(c) Se uma vaga surge no tribunal ou comissão, deverá ser
preenchida dentro de um mês de acordo com o parágrafo (a) ou
depois disso de acordo com o parágrafo (b).

3. Procedimentos e Operação

(a) O tribunal, ou comissão, deverá determinar suas próprias
regras de procedimento. Todas as decisões sobre qualquer questão
de procedimento ou substância, poderão ser tomadas por uma maio-
ria dos membros.

(b) Os membros do tribunal ou comissão deverão receber
remuneração de acordo com o estipulado no regulamento finan-
ceiro da Organização. O Diretor-Geral deverá fornecer qualquer
serviço de secretariado necessário, mediante consulta ao Presi-
dente do tribunal ou comissão. Todas as despesas do tribunal ou
comissão e seus membros, porém não das partes em conflito, de-
verão ser pagas pela Organização.

4. Sentenças e Relatórios

(a) O tribunal de arbitragem deverá concluir seus processos
por uma sentença a qual será obrigatória para todas as partes.

(b) A comissão de conciliação deverá concluir seus processos
com um relatório distribuído a todas as partes no conflito, o qual
conterá recomendações que tais partes deverão considerar aten-
tamente.